

E S T A T U T O   D O  
CONSELHO COMUNITÁRIO PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO  
D E   S A N A N D U V A

C A P Í T U L O   I  
DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública - CONSEPRO do município de Sananduva, que poderá usar a sigla CONSEPRO, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de âmbito local, fundada em 18 de dezembro de 1984 tem por finalidade colaborar com a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, fornecendo-lhe recursos para que seus órgãos melhor aparelhados, possam desenvolver, com maior eficiência e presteza, sua ação em defesa da ordem e segurança da comunidade local.

Art. 2º - Para cumprimento de suas finalidades o CONSEPRO se propõe:

- I - incentivar o bom relacionamento entre entidades e lideranças locais com as chefias dos órgãos responsáveis pelos serviços de segurança pública do Município;
- II - promover palestras, conferências, fóruns ou campanhas educativas, que despertem na Comunidade elevada cooperação em benefício da ordem e da tranquilidade pública;
- III - contribuir com estudos e sugestões, ou através de meios materiais disponíveis, para o melhor desempenho e eficiência dos órgãos policiais sediados no Município.

Art. 3º - O CONSEPRO tem sua sede e foro na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul, e sua duração é por tempo indeterminado.

Art. 4º - É vedado ao CONSEPRO envolver-se direta ou indiretamente, em assuntos religiosos ou político-partidários.

Art. 5º - O CONSEPRO será integrado por autoridades e demais lideranças do âmbito municipal, residentes e domiciliados no Município, interessadas e colaboradoras na solução dos problemas da comunidade relacionados com a segurança pública.

§Único - Não será permitido a funcionários policiais, em atividade, participarem do CONSEPRO.

Art. 6º - O patrimônio e a renda da entidade serão constituídos de bens e direitos, contribuições espontâneas, donativos ou legados, que reverterão em benefício de suas finalidades.

C A P Í T U L O   II  
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º - São órgãos da administração do CONSEPRO:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

Art. 8º - Os membros da diretoria e do conselho fiscal do CONSEPRO não perceberão, sob qualquer pretexto, remuneração pelo exercício de seus mandatos.

§Único - O exercício dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal será considerado como serviço relevante à comunidade.

S E Ç Ã O   I  
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por  
ano, em data convocada pelo Presidente do CONSEPRO, com antecedência mínima de  
dez (10) dias.

Art. 10º - A Assembléia Geral poderá ser convocada ordinariamente, por licitação:

- I - do Conselho Fiscal;
- II - de, pelo menos, quinze (15) integrantes do CONSEPRO, mediante representação diretoria.

Art. 11º - À Assembléia Geral compete:

- I - eleger, quando for o caso, a Diretoria e o conselho Fiscal;
- II - julgar o relatório apresentado pela Diretoria, anualmente;
- III - reformar o estatuto ou dissolver a entidade, mediante a maioria de dois terços (2/3) dos membros registrados do CONSEPRO;
- IV - resolver, soberamente, os demais assuntos de interesse da entidade.

Art. 12º - A Assembléia Geral, com exceção do disposto no inciso III artigo anterior, somente poderá reunir-se com a presença de um terço (1/3), no mínimo, dos integrantes do CONSEPRO, ou qualquer número em segunda convocação.

Art. 13º - Nas Assembléias Gerais não será admitido voto por procuração

## SEÇÃO II

### DA DIRETORIA

Art. 14º - A Diretoria é o órgão executivo do CONSEPRO e compõe-se do Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários e 1º e 2º Tesoureiros, eleitos bienalmente pela Assembléia Geral.

Art. 15º - O mandato da Diretoria é amplo e ilimitado, incumbindo-lhe p  
vativamente:

- I - representar o CONSEPRO, para todos os efeitos legais;
- II - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto;
- III - realizar, dentro das possibilidades, as finalidades previstas no art. 2º des Estatuto;
- IV - gerir os interesses econômicos e financeiros do CONSEPRO;
- V - aprovar a inscrição de integrantes do CONSEPRO, mediante registro no livro próprio;
- VI - designar comissões de atividades, para melhor funcionamento do CONSEPRO;
- VII - deliberar exclusivamente sobre doações de bens em geral, ao Estado, para órgãos policiais sediados no Município.

Art. 16º - A Diretoria reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do Presidente ou seu substituto legal.

Art. 17º - Poderão comparecer às reuniões da Diretoria, na qualidade convidados especiais, os responsáveis, no Município, pela Polícia Civil e/ou Brigada Militar, para debaterem e analisarem estudos e prioridades dos órgãos policiais segundo os critérios definidos no artigo 2º deste Estatuto.

§Único - Os responsáveis pela Polícia Civil e/ou Brigada Militar, no Município, poderão designar seus representantes junto ao CONSEPRO, para atuarem com Conselheiros Técnicos, sem direito a voto.

Art. 18º - Ao Presidente compete:

- I - superintender as atividades do CONSEPRO;
- II - convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
- III - convocar e presidir as Assembléias Gerais;
- IV - representar ativa e passivamente o CONSEPRO em todos os atos judiciais e extra-judiciais, com poderes amplos e necessários, inclusive o de constituir procurador;
- V - assinar, com o Tesoureiro, documentos que representem obrigações para o CONSEPRO, inclusive cheques;
- VI - autorizar o pagamento de despesas e contas da entidade;
- VII - decidir sobre assuntos urgentes, dando conhecimento à Diretoria em sua próxima reunião.

Art. 19º - Aos 1º e 2º Vice-Presidentes compete substituírem, pela ordem

o Presidente em suas ausências e impedimentos.

Art. 20º - Compete ao 1º Secretário atender ao expediente, redigir e assinar, com o Presidente, atas e correspondências, cumprindo outros encargos correlatos.



em seus impedimentos.

Art. 22º - Ao 1º Tesoureiro compete a responsabilidade do patrimônio e do controle financeiro do CONSEPRO, a arrecadação de fundos, pagamento de despesas, elaboração de balancetes e a assinatura, com o Presidente, de cheques e demais documentos correlatos.

Art. 23º - Ao 2º Tesoureiro compete auxiliar e substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos.

### SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 24º - O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos bienalmente pela Assembléia Geral.

Art. 25º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar a Escrita do CONSEPRO, emitindo parecer, que será anexado ao relatório da Diretoria;
- II - dar parecer, quando solicitado, sobre os demais assuntos financeiros.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26º - Os integrantes do CONSEPRO não responderão solidária nem subsidiariamente por atos da Diretoria e obrigações assumidas pela entidade.

Art. 27º - O CONSEPRO atuará sempre como entidade de apoio e assessoramento, sendo-lhe vedado interferir a qualquer título na administração das repartições policiais.

Art. 28º - As doações de terrenos e prédios construídos ou a construir, feitas ao Estado, serão precedidas do encaminhamento, pelo CONSEPRO, à aprovação do Secretário de Segurança Pública e posterior tombamento no órgão competente, de acordo com a legislação vigente.

§Único - Tratando-se de construção de prédios novos, deverão ser obedecidos os padrões estipulados pela Secretaria de Segurança Pública.

Art. 29º - Quando da doação de materiais permanentes, móveis, máquinas e outros aparelhos, o CONSEPRO fará consulta prévia à Secretaria da Segurança Pública visando à padronização dos citados.

Art. 30º - A renda referida no artigo 6º deste Estatuto será depositada em conta bancária especial e movimentada exclusivamente pelo Presidente e Tesoureiro do CONSEPRO - ou seus substitutos legais - conjuntamente.

Art. 31º - Todos e qualquer pagamento serão feitos exclusivamente por cheque bancário, nominal, diretamente ao favorecido.

Art. 32º - O CONSEPRO somente poderá ser dissolvido por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, convocada expressamente para esse fim, presentes no mínimo, dois terços (2/3) de pessoas inscritas como integrantes em livro próprio.

Art. 33º - No caso de dissolução, o patrimônio do CONSEPRO será doado ao Estado para revertê-lo em benefício comunitário.

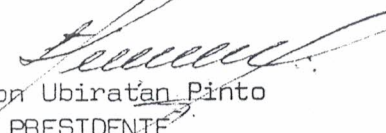
Art. 34º - São considerados integrantes do CONSEPRO todos os que comparecerem à primeira Assembléia Geral, especialmente instalada para a fundação da entidade e pessoas que se inscreverem posteriormente em livro próprio.

Art. 35º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria.

Art. 36º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação

Sananduva(RS), 18 de dezembro de 1984.

  
Mário César Sauer  
SECRETÁRIO

  
Edison Ubiratan Pinto  
PRESIDENTE